INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUAS PROJEÇÕES NO DIREITO PRIVADO DIGITAL (IMPACTOS REGIONAIS/LOCAIS)– DA EROSÃO DA AUTONOMIA PRIVADA A NECESSIDADE DE SUA RECONFIGURAÇÃO

Laura Sutil[1], Paulo Junior Trindade dos Santos[2]

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Joaçaba, SC
2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Joaçaba, SC

Autor correspondente: Laura Sutil , Laurasutil2@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: A crescente presença da inteligência artificial (IA) no direito privado digital está transformando as relações contratuais e desafiando a autonomia individual. Esses impactos variam conforme a região, exigindo uma revisão das normas que regulam as relações privadas. Este estudo examina como a IA está influenciando a autonomia das pessoas e destaca a necessidade de adaptar esse princípio para manter sua relevância no contexto digital atual. **Objetivo:** Analisar as dificuldades na aplicação das projeções da IA no direito privado digital, considerando as mudanças que afetam a autonomia privada e a necessidade de sua reconfiguração. **Método:** A pesquisa utiliza revisão bibliográfica e análise de fontes secundárias, incluindo dados do Ministério da Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IBOPE TIC Domicílios, palestras do Instituto Brasileiro de Direito Digital (IBDDIG), UNICEF e outras agências da ONU. As principais fontes envolvem a revisão bibliográfica e a coleta de dados sobre temas como "o impacto da inteligência artificial", "Inteligência Artificial e seus Desafios no Direito" e "Regulamentação da IA no Direito Privado". **Resultados:** A presente pesquisa aponta que a inteligência artificial está prejudicando a flexibilidade e a transparência nos contratos digitais e em diversas áreas jurídicas, impactando a autonomia individual. O estudo, que incluiu a criação de um banco de dados para analisar esses efeitos, revelou diferenças significativas nas regulamentações de proteção de dados, com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia sendo mais rigoroso em comparação com as abordagens mais flexíveis de alguns países asiáticos. **Conclusão:** A pesquisa sobre "Inteligência Artificial e suas Projeções no Direito Privado Digital" está em andamento e já apresenta resultados parciais. Observa-se que a IA está gerando variações regionais nas regras de proteção de dados, como exemplificado pela rigidez do GDPR na União Europeia em contraste com regulamentações mais flexíveis em alguns países da Ásia. A IA desafia a autonomia privada e requer reavaliação das normas jurídicas. Este é um tema de debate em sistemas jurídicos avançados, como nos EUA e na UE.

Palavras-chave: Direito Privado Digital; Regulamentação da IA no Direito Privado; Reconfiguração da Autonomia; Inteligência Artificial.

Agradecimentos: A autora Laura Sutil agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica